

Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Políticas, vertente Administrativa (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).

III — Situação profissional atual:

Técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

IV — Experiência profissional na Administração Pública:

a) Maio de 2012 até à atualidade — Chefe da Divisão de Regimes Laborais e Proteção Social na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em regime de substituição;

b) Agosto de 2011 até maio de 2012 — Chefe de Divisão de Relações Laborais e Mobilidade na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em regime de substituição;

c) Outubro de 2007 até 31 de julho de 2011 — Chefe de Divisão de Apoio à Gestão na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

d) Julho de 2006 até outubro de 2007 — requisitada na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, onde desempenhou funções de jurista na Direção de Serviços Jurídicos e do Contencioso;

e) Outubro de 2002 a maio de 2006 — jurista na Direção dos Serviços de Assuntos de Justiça, no Departamento de Tradução Jurídica, na Região Administrativa Especial de Macau;

f) Julho de 2001 a setembro de 2002 — jurista no Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;

g) Fevereiro de 2000 a julho de 2001 — exerceu funções jurídicas, na carreira técnica superior, no Departamento das Relações de Trabalho da Direção-Geral da Administração Pública, atual Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, onde tomou posse em maio de 2001, como técnica superior de 2.ª classe;

h) Fevereiro de 2000 — celebrou contrato administrativo de provimento com a Direção-Geral da Administração Pública para a realização do estágio de ingresso na carreira técnica superior daquele organismo.

V — Formação profissional relevante para o exercício do cargo:

Participação em diversos cursos, seminários, conferências e ações de formação, dos quais se destacam:

a) Curso de Produção Legislativa;

b) Curso Aprofundado na Área da Produção Legislativa e Metodologia Jurídica;

c) Enquadramento Jurídico da Mobilidade Especial;

d) O Novo Regime da Contratação Pública no Código dos Contratos Públicos;

e) Jornadas sobre A Nova lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado;

f) Perspetiva o Impacto dos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações na Administração Pública

g) FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública

VI — Atividade como formadora:

Programa de Formação sobre o Novo Regime Geral de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública na Região Administrativa Especial de Macau; sessão de esclarecimentos sobre o Regime Comum de Mobilidade entre os Serviços; a Reforma da Administração Pública e o Novo Regime Jurídico de Emprego Público — Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações e Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas; O Regime Jurídico de Emprego Público e as implicações das LOE 2011 e 2012.

206833658

Direção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 4187/2013

Considerando que a Portaria n.º 432-C/2012, de 31 de dezembro, veio estabelecer a estrutura orgânica nuclear da Direção-Geral do Orçamento e fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que pelo Despacho n.º 2386/2013, de 5 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de fevereiro, foi criada a Divisão do Sistema Central de Informação Contabilística que funciona na dependência da Direção de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Divisão do Sistema Central de Informação Contabilística se encontra vago e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica;

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30

de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição para exercer o cargo de Chefe de Divisão do Sistema Central de Informação Contabilística, a licenciada Ana Paula Rodrigues Serralheiro, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

13 de março de 2013. — A Diretora-Geral, *Maria Manuela dos Santos Proença*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome: Ana Paula Rodrigues Serralheiro

Data de nascimento: 26 de agosto de 1969

Habilitações literárias: Licenciatura em Contabilidade e Administração Fiscal, em 1996, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Experiência profissional mais relevante:

Ingressou, em junho de 1997, na Direção-Geral do Orçamento, tendo sido afeta à Direção de Serviços de Gestão da Informação Orçamental, na qual desempenhou funções relacionadas com a implementação do sistema de Informação Contabilística (SIC), no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), tendo também ministrado ações de formação aos utilizadores do SIC.

No 2.º semestre de 2004 participou no projeto de implementação do POCP do Ministério da Defesa Nacional — Sistema Integrado de Gestão (SIG) — no âmbito do protocolo assinado entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério das Finanças.

De 2005 a 2007 exerceu funções no grupo de projeto RIGORE (Rede Integrada de Gestão Orçamental e dos Recursos do Estado), liderado pelo Ministério das Finanças, para a criação de um sistema único e integrado de suporte ao POCP, permitindo a normalização dos procedimentos, a centralização e a integração das estruturas informáticas de suporte e uma ligação automática com os sistemas centrais da Direção-Geral do Orçamento e da Tesouraria do Estado (Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 4218/2006 publicado na 2.ª série, DR n.º 38, de 22 de fevereiro). Como principais atividades, destacam-se a definição dos processos nas áreas de Contabilidade Orçamental e Tesouraria e a definição e validação dos mapas e layouts emitidos pelo sistema.

Em 2008 foi nomeada coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento do RIGORE Central da ERIGORE (Equipa de projetos RIGORE) — Estrutura flexível da Direção-Geral do Orçamento —, equiparada para efeitos remuneratórios a chefe de divisão (Despachos n.ºs 5366/2008, de 8 de fevereiro, n.º 17635/2009, de 24 de julho, n.º 2432/2011, de 26 de janeiro e n.º 17001/2011 de 12 de dezembro de 2011). Destacam-se como principais responsabilidades a definição dos requisitos funcionais e acompanhamento da implementação das soluções de consolidação, patrimonial e orçamental, e dos modelos de informação agregada, de natureza orçamental e patrimonial. Destaca-se ainda, a definição e acompanhamento da elaboração dos mapas com informação consolidada e agregada, destinados ao cumprimento de obrigações legais, assim como à análise da execução orçamental e da situação patrimonial dos serviços e organismos da Administração Central. No âmbito das funções que desempenha na ERIGORE, tem também ministrado ações de formação internas à Direção-Geral do Orçamento, na área financeira, orçamental e contabilística.

206832045

Despacho n.º 4188/2013

Considerando que a Portaria n.º 432-C/2012, de 31 de dezembro, veio estabelecer a estrutura orgânica nuclear da Direção-Geral do Orçamento e fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que pelo Despacho n.º 2386/2013, de 5 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de fevereiro, foi criada a Divisão de Normalização Orçamental e Controlo que funciona na dependência da Direção de Serviços do Orçamento;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Divisão de Normalização Orçamental e Controlo, se encontra vago e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica;

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio em regime de substituição para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Normalização Orçamental e Controlo, a licenciada Maria de Fátima Casaca Ventura, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

13 de março de 2013. — A Diretora-Geral, *Maria Manuela dos Santos Proença*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome: Maria de Fátima Coutinho Casaca Ventura

Naturalidade: Lisboa.

Data de nascimento: 17 de Fevereiro de 1973.

Formação Académica:

Pós-Graduação em Gestão Pública ministrada pelo ISG — Instituto Superior de Gestão;

Licenciatura em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL);

Licenciatura em Contabilidade e Administração Pública pelo (ISCAL);

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo ISCAL

Experiência profissional mais relevante:

Desde Julho de 2007 — Como responsável pela Divisão de Serviços de Acompanhamento e Controlo da Execução Financeira do PIDDAC da Direção de Serviços do PIDDAC;

Implementação e acompanhamento de indicadores de alerta/ value for money no âmbito do PIDDAC, emissão de pareceres técnicos e Relatórios de execução orçamental, orçamentação por programas e relatórios de acompanhamento, bem como a participação em relatórios da CGE e OE e emissão do mapa XV;

Participação na definição de novas funcionalidades do SCEP — Sistema Central de Encargos Plurianuais no âmbito da lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso;

Integração na equipa de projeto no âmbito do QPPO — Quadro Plurianual de Programação Orçamental, previsto na Lei de Enquadramento Orçamental;

Participação na criação do Manual de procedimentos da DSPIDDAC e diversos papéis de trabalhos no âmbito da Divisão;

Elaboração de planos e relatórios de atividades da unidade orgânica, bem como de documentos internos de acompanhamento periódico das atividades desenvolvidas tendo em conta a planificação de objetivos fixados.

Integração na equipa de implementação da nova Plataforma de Informação do PIDDAC integrada no SIGO (SIPIIDDAC);

Participação no levantamento dos processos desenvolvidos pela DSPIDDAC tendo em vista a implementação do Sistema de Gestão Documental da DGO;

Realizar Formação na área do PIDDAC no âmbito da formação de estagiários na DGO e do protocolo de cooperação PICAT FIN entre o Ministério das Finanças e da Administração Pública e PALOP, nomeadamente através de deslocação a Cabo Verde em Out/2008.

Participação em reuniões da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Coesão em representação da DGO;

De Março de 2004 a Julho de 2007 — Com funções de chefe de divisão da 14.ª Delegação da DGO;

Coordenação no âmbito da análise e autorização de Pedidos de Libertação de Créditos (PLC)

Análise e emissão de pareceres técnicos diversos decorrentes da execução orçamental, elaboração da Proposta de OE, análise e acompanhamento da execução orçamental e Conta Geral do Estado na área do PIDDAC;

De Novembro de 1997 a Março de 2004 no exercício de funções como técnica superior de Orçamento e Conta na ex-6.ª Delegação (Ministério dos Negócios Estrangeiros);

Coordenação da equipa permanente na realização de auditorias financeiras de acompanhamento e controlo da execução financeira dos organismos do MNE;

Emissão de pareceres técnicos, participação nos relatórios de execução mensal do MNE, com os apuramentos em termos de necessidades de financiamento do orçamento de funcionamento, conferência das propostas de orçamento de organismos do MNE;

De Setembro 1996 a Novembro 1997 exercício de funções na empresa multinacional Arthur Andersen, (atual “Deloitte”) como auditora, tendo participado em ações de auditoria, implementação e acompanhamento de sistemas contabilísticos e de controlo interno.

No ano letivo de 1995/96: Professora do Ensino Secundário na Escola Secundária de Belém-Algés, nas três disciplinas específicas do 10.º Ano de escolaridade do curso complementar de Contabilidade e Gestão.

Formação profissional relevante:

Formação dirigida a Dirigentes da Administração Pública, FOR-GEP — Programa de Formação em Gestão Pública, promovida pelo INA, realizada no 1.º trimestre de 2007;

Ação de formação sob o tema Desenvolvimento da Liderança, Fev.2011, 42Horas, Eurogroup Consulting

Ação de formação subordinada ao tema Desenvolvimento de Indicadores de Desempenho, com a duração de 18 horas e realizada em Junho/Julho/2008, promovida pela DGO;

Formação Pedagógica Inicial de Formadores, realizada pelo IIEFP, com a duração de total de 90 horas, que decorreu de 19 de Junho a 14 de Julho de 2006, com a realização de um PIP- Programa de integração pedagógica subordinado ao tema “Pedido de Libertação de Créditos (PLC) — Análise e autorização”, tendo obtido a classificação de Muito Bom;

Ação de formação subordinada ao tema “Oracle Discoverer (ambiente WEB) na vertente SIGO-SCC, que se realizou na DGO, de 28 de Março a 8 de Abril de 2005, com a duração de 30 horas.

206832061

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Administração Interna

Portaria n.º 153/2013

Com o encerramento dos Governos Cívicos, importa proceder à salvaguarda e disponibilização dos seus fundos documentais existentes, que constituem a memória da história e do património do Portugal contemporâneo, e simultaneamente garantir o direito dos cidadãos quanto às solicitações de caráter administrativo que vierem a ser requeridas ao Estado Português.

Neste seguimento torna-se necessário avaliar, selecionar, eliminar e inventariar as fontes documentais existentes nos referidos Governos Cívicos, efetuar a sua descrição e a digitalização de fontes de conservação permanente.

Considera-se ademais pertinente proceder-se à realização de um conjunto de ações relacionadas com o objeto principal e que reflitam o impacto dos Governos Cívicos na sociedade portuguesa, consubstanciadas na difusão seletiva ou geral da informação recolhida.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, as despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização não podem ser efetivadas sem prévia autorização conferida em portaria dos Ministros das Finanças e da tutela.

Assim, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Administração Interna, o seguinte:

1 — Autorizar a Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna a desenvolver os procedimentos legais adequados à aquisição de serviços para avaliação, seleção, eliminação e inventariação das fontes documentais existentes nos Governos Cívicos, pelo montante global de € 2.499.121,02, com IVA incluído à taxa legal em vigor.

2 — Os encargos resultantes do respetivo contrato não poderão exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor:

2013 - € 1.716.006,92;

2014 - € 783.114,10.

3 — O montante fixado para o ano económico de 2014 poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os montantes indicados no n.º 2, por ano económico, serão cofinanciados em 85% pelo Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE), cuja candidatura se encontra aprovada.

5 — Os encargos decorrentes da presente portaria são satisfeitos por verbas adequadas inscritas ou a inscrever no orçamento da Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna.